



Reação

por Jorge Garrido¹, Renata Moreira² e João Neves³

¹ Estudante de Mestrado em Geografia
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
jorgerafaelgarrido@sapo.pt

² Estudante de Mestrado em Estudos Africanos
Faculdade de Letras, Universidade do Porto
renata-moreira@outlook.com

³ Estudante de Licenciatura em Ciências da Comunicação
Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho
joaoneves1906@gmail.com

Portugalidade

Portugalidade é um conceito que não está presente em qualquer dicionário de referência da língua portuguesa, como o da Academia de Ciências de Lisboa. Mas será que podemos definir este conceito? O que é a portugalidade e que relação estabelece com a lusofonia? Neste seminário, Vítor de Sousa elucidou-nos sobre estes conceitos e a forma como são compreendidos nas comunidades lusófonas. Além disso, foi ainda abordada a memória social e as identidades transculturais, com grande importância atribuída, em particular, à estatutária colonial.

Mas o que é, então, a portugalidade? Vítor de Sousa tenta definir essa palavra, afirmando que a portugalidade deve ser sempre contextualizada. Segundo o autor, nos dicionários, a portugalidade deve aparecer como “o mesmo que patriotismo”. É de salientar que, neste sentido, patriotismo não assume um sentido único de amor à pátria na medida em que não significa “(...) capacidade de sacrifício para promover o bem-estar do país (...)” (Primoratz, citado em Sousa, 2017, p. 392), traduzindo-se numa identificação com Portugal. Num contexto ditatorial, Alfredo Pimenta estreou esta palavra, indo contra todos aqueles que denominavam o povo português de “lusitano”. A portugalidade pode ser considerada uma construção política, em que as características da cultura e do povo português são exaltadas na tentativa de exacerbar as qualidades lusitanas para os povos lá fora. A portugalidade abrange a cultura portuguesa e é, segundo

Alfredo Pimenta, próxima de Salazar, profundamente anti-comunista e ligada à ala da extrema direita portuguesa, a única palavra que abrange todos os portugueses (Pimenta, 1947).

Noutra direção, não obstante confundida com a anterior, surge a lusofonia. Segundo Malaca Casteleiro, lusofonia é a qualidade de ser português, de falar Português; é algo próprio da língua portuguesa (Casteleiro, 2001). Apesar de distinta de portugalidade, é dada à lusofonia, muitas vezes, uma conotação negativa por parte das ex-colónias. Depois de séculos de dura opressão por parte dos portugueses, a palavra lusofonia pode ser geradora de vários conflitos. Com efeito, no próprio documento oficial de formação da CPLP, em 1996, o conceito foi deixado de lado, porque poderia dar origem a uma ideia disfarçada de supremacia portuguesa, num olhar lusocentrado pontuado por uma alegada exceção lusa. Mas, como nos indica José Mattoso, a história tem de ser expurgada das teorias míticas e messiânicas, que são tão carregadas de emotividade, como acontece quando muitos abordam Portugal e o povo português (Mattoso, 2008).

Tendo em conta a exaltação do império e a ideia de colonização doce ou amigável que o Estado Novo defendia, conseguimos relacionar estes dois conceitos com o de luso-tropicalismo. Esta teoria foi desenvolvida por Gilberto Freyre e indica a relação entre Portugal e os trópicos, a capacidade de adaptação dos portugueses, os relacionamentos com outros povos, o contacto com mouros e judeus desde a Idade Média. O contacto multicultural levaria a uma miscigenação e, ainda, a uma “interpenetração” de culturas. Apesar de a palestra se ter centrado nas antigas colónias continentais africanas, é possível dar o exemplo da relação entre o *Tchiloli*⁴ são-tomense e o conceito de luso-tropicalismo. Esta representação teatral projeta o espetador, através do imaginário, para o século XV, num cenário dos tempos atuais (Reis, 1969). O luso-tropicalismo “está bem patente nas características psicossomáticas deste povo crioulo, no sangue que lhe corre nas veias, na língua, na religião católica que professa (...) neste auto, trazido da Metrópole (...)” (Reis, 1969, p. 12). A partir dos anos 50 do século XX, houve um uso político e nacionalista do luso-tropicalismo, pelo regime salazarista e, podemos, até, afirmar que o mesmo estava imbuído de um cariz apologético dada a conjuntura da política externa portuguesa da época e, mais tarde, da guerra colonial.

Numa perspetiva mais recente, podemos, ainda, relacionar aos conceitos anteriores a ideia de pós-memória. No contexto da estatuária colonial,

4. A Tragédia do Imperador Carlos Magno e do Marquês de Mântua; com origem em Portugal.



Figura 1. Portugal não é um país pequeno

Fonte: Galvão, 1934

o derrube e remoção de estátuas podem provocar um vazio histórico na identidade de uma população. De forma paradoxal, pós-memória, será uma memória que não foi vivida, mas que, “(...) pela sua violência e pelo significado marcante das suas consequências, nomeadamente no âmbito da socialização familiar, se impõe a uma geração seguinte com suficiente força para ficar indelevelmente inscrita (...)” (Sousa, 2019, pp. 252-253). Até a podemos comparar com uma eliminação de uma certa parte da História, neste caso a colonial. Alguns autores, associam interculturalidade com o período das descobertas, com uma inspiração luso-tropicalista. Outros relacionam a estatuária com o conceito de interculturalidade, visto que através do olhar para o passado colonial há uma introdução do mesmo na memória dos povos para que se possa descolonizar o pensamento e ultrapassar alguns ressentimentos. Dessa forma, contribui-se para uma promoção intercultural.

Para uma melhor percepção, veja-se a Figura 1. O seu título pode ser associado, em certa medida, “a um fenómeno de negação” (Torres, 2015). No entanto, “Portugal não é um país pequeno”, assim como o slogan “Portugal, do Minho a Timor” estão associados, também, à retórica do Estado

Novo, dos anos 50-60 do século XX, para validar a “portugalidade”, cuja génese decorre de os movimentos de libertação nas ex-colónias estarem a eclodir naqueles territórios. Tratou-se de uma tentativa de introduzir Portugal no contexto europeu como uma potência, numa altura em que o Estado Novo pretendia que Portugal entrasse para a ONU. Assim, em vez de aceitar a evidência de que Portugal era um país pequeno, o autor, assim como todos aqueles que concordavam com o título da figura, preferiam negar essa evidência.

Atualmente, o respaldo imaginário vertido na figura anterior corresponde e afigura-se como um obstáculo à descolonização mental. De facto, esse respaldo imaginário é traumático, e se Portugal não sarar esse trauma, continuará a perpetuar a “portugalidade” e permanecerá, consequentemente, incapaz de proceder de forma eficaz à descolonização mental.

Bibliografia

- CASTELEIRO, J. M. (Ed.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/Verbo.
- GALVÃO, H. (1934). *Portugal não é um país pequeno*. Penafiel: Ed. Câmara Municipal de Penafiel.
- PIMENTA, A. (1947). *Portugalidade. Semper Idem*. Disponível em: <https://semperidem.blogs.sapo.pt/portugalidade-44575>.
- MATTOSO, J. (2008). *A identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.
- REIS, F. (1969). *Povô Flogá, O povo brinca: folclore de São Tomé e Príncipe*. São Tomé: Câmara Municipal de São Tomé.
- SOUSA, V. (2017). *Da ‘portugalidade’ à lusofonia*. Famalicão: Húmus/CECS
- SOUSA, V. (2019). A memória como promotora de interculturalidade em Maputo, através da preservação da estatuária colonial. *Comunicação e Sociedade*, vol. especial, 2019, 249-267. [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.0\(2019\).3072](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.0(2019).3072).
- TORRES, E. C. (2015, 11 de fevereiro). Portugal não é um país pequeno. Caxias. [post em blogue]. Retirado de <http://malomil.blogspot.com/2015/02/portugal-nao-e-umpais-pequeno.html>